



SEÇÃO: ARTIGO

## O nascimento e a morte da “Revolução”: o discurso do *Jornal do Brasil* (1964-1968)

*The birth and death of the “Revolution”: The discourse of the Jornal do Brasil (1964-1968)*

Dayane Cristina

Guarnieri<sup>1</sup>

[orcid.org/0000-0003-3898-1716](https://orcid.org/0000-0003-3898-1716)

[dayaneguarnie@hotmail.com](mailto:dayaneguarnie@hotmail.com)

**Recebido em:** 30 nov. 2020.

**Aprovado em:** 17 abr. 2021.

**Publicado em:** 29 jul. 2021.

**Resumo:** A pesquisa vigente pretende analisar os editoriais produzidos pelo *Jornal do Brasil*, representante da grande imprensa, entre os anos de 1964 até 1968. O objetivo é explorar as definições e as justificativas em torno do golpe civil-militar e da ditadura militar. Para isso, o estudo foca em compreender o conceito de “Revolução” registrado pelo periódico nesse contexto. Assim, se verifica que as mudanças políticas se refletem no discurso que precisa se acomodar, demonstrando sua contradição diante de um momento histórico de incertezas e instabilidades políticas. A imprensa escrita na década de 1960 exercia forte influência na sociedade e na política, dessa forma, utiliza as suas páginas para pressionar e interferir na pauta política do Governo, mas também para justificar suas posições políticas e decisões, principalmente, em 1964. Apesar da sua linha de defesa ao Governo, o periódico entende, antes mesmo da deflagração do Ato Institucional n.º 5, que a permanência de um governo militar no poder significava uma ameaça para a sua própria liberdade.

**Palavras-chave:** “Revolução”. *Jornal do Brasil*. Ditadura militar.

**Abstract:** The current research aims to analyze the editorials produced by *Jornal do Brasil*, representative of the great press, between 1964 and 1968. The objective is to analyze the definitions and justifications around the civil-military coup and the military government, for this, the study focuses on understanding the concept of “Revolution” recorded by the journal in this context. Thus, it is verified that political changes are reflected in the discourse that needs to be accommodated, demonstrating its contradiction in the face of historical moment of uncertainties and political instability. The press written during this moment exercised strong influence on public opinion, thus using its pages to press and interfere in the government political agenda, it is also possible to notice its intention to justify its political positions. Despite its line of defense to the government, the journal understands, even before the outbreak of Institutional Act n.º 5, that the military’s stay in power and repression mean sums threat to its freedom of the press.

**Keywords:** “Revolution”. *Jornal do Brasil*. Military dictatorship.



<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil.

## Introdução

Para compreender a trajetória argumentativa das justificativas em torno da realização do golpe civil-militar e do começo da ditadura militar,<sup>2</sup> examina-se o conceito "Revolução" utilizado pela grande imprensa, aqui representada pelo *Jornal do Brasil*. Para isso, se destaca as principais características e ideias em torno do conceito, registradas nos editoriais entre 1964 até 1968.

Parece difícil perceber, por meio das fontes periódica, se o registro jornalístico e suas concepções suscitaram mudanças na opinião e no agir da sociedade. Dessa forma, a opção da abordagem não se foca em algo que parece inacessível para a fonte em questão, mas se direciona na busca obter de compreender o texto e sua significação. A metodologia depara-se com a análise textual que busca as apropriações políticas explicitadas para o leitor do periódico.

A semântica conceitual como ferramenta metodológica, não visa apenas um fato linguístico, mas a partir dele pensar a realidade histórica concreta, portanto, "um conceito relaciona-se com aquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível." (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Para Koselleck (1992, p. 137) a metodologia da história dos conceitos, "seleção daquilo que diz respeito a um conceito", fornece uma chave de compreensão para o passado. Portanto, quando se investigar a história de um conceito é possível "investigar também o espaço de experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito" (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Quando Ricoeur (2007, p. 312) utiliza as categorias de tempo (espaço de experiência e horizonte

de expectativa) de Koselleck e sublinha que as contribuições dessas categorias é dar "condições do discernimento das mudanças que afetam o próprio tempo histórico e, principalmente, dos traços essenciais da visão que os modernos têm da mudança histórica". Essas categorias são essenciais para observar a fonte, com elas o pesquisador percebe como as pessoas do passado expressavam o seu futuro, como se observavam dentro da história com relação ao seu passado e, principalmente, como relacionavam essas perspectivas com as situações que viviam.

Os conceitos (significados) estão presos a palavras (significantes), ambos se consolidam no "conteúdo suposto do contexto falado ou descrito e da situação social". Os conceitos se caracterizam pela generalização, polissemia e multiplicidade de significados (RICOEUR, 2007, p. 109). Para Ricoeur (1976, p. 37) quando a fala (evento) se torna escrita, não existe mais o "fato humano", mas sim, a permanência do aparato material. Essa substituição é denominada pelo autor de realização cultural, dessa forma, a "escrita é a plena manifestação do discurso" e o que ela pretende fixar é, claramente, o discurso.

O discurso é um acontecimento. Ele pontua quatro características que lhe conferem essa definição: realiza-se no tempo e no presente; é autorreferencial; refere-se ao mundo que pretende representar; e, por meio da língua, estabelece a comunicação (RICOEUR, 1989, p. 186).

A partir dessa concepção não se pode revisitar o passado, pois o que está ao alcance é o registro e a sua significação. Portanto, quando o *Jornal do Brasil* ao escrever, não relatou "o fato", porque ele não pode ser apreendido pela escrita que carrega intrinsecamente e apresenta o "discurso" imbuído de intencionalidade. Para provar a necessidade da intervenção militar, o periódico registrou o seu

<sup>2</sup> Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 62) tem insistido em chamar o golpe e a ditadura de "civil-militar", pois defende o apoio civil ao golpe e à ditadura. Apesar de admitir que o topo do poder fosse ocupado por chefes militares, enfatiza também a sua dimensão civil. No entanto, Melo (2012) afirma que o debate de Reis (2014), ao frisar que o termo ditadura militar foi cunhado em 1985 pela própria "sociedade brasileira", em um exercício de autoabsolvção, introduz noções temerárias de que ela teria sido cúmplice daqueles anos terríveis. Por isso, nesse artigo, se compreende que a definição de Carlos Fico (2017, p. 53) seja a mais precisa ao dizer que o golpe obteve apoio e participação de civis e militares, portanto, é possível chamá-lo de golpe civil-militar, enquanto o governo que se instalou, possa ser chamado de ditadura militar, porque apesar de contar com apoio de parte da sociedade, não contou com a efetiva participação de civis, tendo em vista, que o governo foi composto, predominantemente, de militares. Existem autores como Melo (2012, p. 16) que defendem chamarmos a ditadura militar de ditadura empresarial-militar, pois acredita na sua origem de insurreição contrarrevolucionária das classes dominantes, que colocam o "capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura.

discurso, proporcionando espaço para as falas que corroboraram com a sua intenção, naquele momento histórico, no qual ele foi um dos vários personagens que atuaram.

Pode-se compreender que na década de 1950 e 1960, intensificaram-se as mudanças na linguagem jornalística, essas visavam torná-la portadora da "verdade". A imprensa, por meio, da construção da sua autoidentificação como lugar da verdade, da imparcialidade e da neutralidade, almeja adquirir um poder que lhe confere autoridade para falar, esse poder está relacionado com a sua missão de informar.

No entanto, além dos posicionamentos políticos, havia os interesses econômicos, afinal, os meios de comunicações também precisam garantir a sua existência como empresa e, por conseguinte, o texto jornalístico, produto posto à venda, é afetado por multiplicidades de influências, como venda de publicidade e compra de papel.

O cenário brasileiro após o golpe-civil militar é exposto no *Jornal do Brasil*, como o momento de "reorganização" e retorno à ordem capitalista e à democrática. Situação irônica, ao considerar que o país vivia sob a égide da crise, a própria natureza do Estado que nasce da deposição de um governo constitucional está intrinsecamente arraigada ao caos. Assim, além da crise econômica soma-se a crise de legitimidade, percebida exatamente por uma expressa necessidade do periódico de demonstrar que o governo era constitucional/legal.

### Um conceito que se transforma

Comumente, a palavra "Revolução" era utilizada na década de 1960 pela esquerda para definir o mecanismo que iria extirpar a democracia e implantar o socialismo. A ideia de "Revolução" dos comunistas tinha o objetivo de "juntar suas forças às da burguesia nacional e dos setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora" (RIDENTI, 1993, p. 25).

Para Dias (2003) os golpistas escolhem o nome de "Revolução de 1964", exatamente, para se contrapor à ideia de revolução da esquerda. Nessa

perspectiva, Mello (2012) e Cicco (2013) também compreendem o golpe civil-militar como uma contrarrevolução, cujo objetivo era impedir a possibilidade de mudanças na estrutura social e política, ou frear a possibilidade de uma "revolução socialista".

Ainda falando sobre o termo "Revolução", Chirio (2012, p. 47), ressalta que o emprego dessa palavra em 1964 detém características do século XIX, ou seja, que exprime o sentido de "derrubada de um dirigente ou um governo iníquo ou nefasto em prol de um bem comum". Para os opositores de Goulart era uma justificativa para explicar sua deposição de Goulart.

Contudo, o que ocorreu em 1964 no Brasil não pode ser considerado uma "Revolução", no sentido expresso por Prado Junior (1987, p. 11) que declara que uma "Revolução" deve se caracterizar pelas suas "reformas e modificações econômicas, sociais e políticas". Portanto ele compreende, que uma "Revolução" só é uma "Revolução", a partir do momento em que efetiva essas mudanças estruturais na sociedade no decorrer de sua vigência.

No entendimento de Quadrat (2006), quando os militares e seus apoiadores chamam a intervenção militar de 1964 de "Revolução", eles revelam que sua atuação não seria rápida como das vezes anteriores. No próprio Ato Institucional, o conceito se autodefine como uma obra que existe e que continuará, porque propõe a "reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil" (BRASIL, 1964).

Ao adotar a denominação "Revolução", o grupo no poder, também queria se livrar do estigma da palavra golpe e, futuramente, da definição de ditadura. Para isso, o apoio dos meios de comunicações era imprescindível para a construção da legitimidade. O conceito se fixou com a sua ressignificação e se popularizou, mas nem todos que o pronunciavam refletiam sobre o seu significado político. Em contrapartida, os editoriais do *Jornal do Brasil*, se esforçam na tarefa de definir o termo, que supostamente representava a ideia de democracia e do desenvolvimento nacional.

Sabe-se que os principais periódicos do país em meados da década de 1960 eram em São

Paulo: *O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo* e no Rio de Janeiro: *o Jornal do Brasil, O Globo, a Última Hora* e *o Correio da Manhã*. Todos esses periódicos, dentre outros, com exceção do *UH*, participaram da campanha de desestabilização contra o presidente João Goulart e a maioria deles continuaram a apoiar o início da ditadura militar.

O *Jornal do Brasil*, como objeto e fonte da pesquisa, foi escolhido porque no início da década de 1960 era considerado um dos principais periódicos que influenciavam a opinião pública.<sup>3</sup> A sede do periódico era no Rio de Janeiro, palco dos principais eventos políticos que agitaram o país. Nesse período, 90% dos periódicos e revistas concentravam-se eixo SP-RJ que publicava "um exemplar de jornal diário para cada 22 pessoas" (REGO, 1969).

A imprensa se apresenta como a representante da opinião pública, mas a opinião pública poderia ser apenas um grupo que teria a capacidade e os meios para representar a sua opinião. Dessa forma, Napolitano (2014, p. 47) afirma que a imprensa tenta amparar os vários segmentos, por meio, de uma "opinião publicada" que não era necessariamente a opinião pública representada pela maioria.

Os meses finais do regime democrático em 1964, revelavam nas páginas periódicas e no meio político e social, um clima de grandes incertezas em torno do governo de que Goulart, acusado de pretender deflagrar um golpe e assumir poderes ditatoriais, dissolvendo o Congresso. A atuação da imprensa, nesse momento, deve ser incorporada às explicações para a compreensão do golpe civil-militar, pois ela foi fundamental para a disseminação do discurso anticomunista, utilizado como uma das justificativas para a ação contra o Estado (ABREU, 2006, p. 109).

A partir da renúncia de Jânio Quadros se instala no Brasil uma crise em torno da posse do vice-presidente João Goulart, considerado uma ameaça ao projeto socioeconômico liberal-capitalista apoiado pelos grupos dirigentes, ministros militares e os

conservadores reacionários. Para Motta (2006, p.47) Jânio Quadros, foi eleito defendendo a promessa de varrer do país da influência das forças políticas (trabalhismo, sindicalismo ligado ao Estado) cujo representante máximo, era Goulart, um chefe trabalhista com envolvimento com os comunistas.

Diante do impasse, surge no Rio Grande do Sul a campanha legalista que posteriormente se espalhou pelos outros Estados do Brasil. Ela usou uma cadeia radiofônica para denunciar a ilegalidade e a intenção golpista ao negar o direito constitucional da posse. A imprensa e outros setores organizados da sociedade brasileira aderiram à campanha que pressionou a oposição militar a ceder, permitindo a investidura, somente após a adoção do parlamentarismo, que visou minimizar ainda mais as funções do poder Executivo.

As eleições estaduais de 1962, demonstram a força do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) nas urnas e a aprovação popular do retorno do presidencialismo no plebiscito em 1963,<sup>4</sup> essas situações criam a sensação de força no meio das esquerdas (socialista, trabalhista e comunista), o que gera o aumento da pressão dos movimentos sociais em prol das reformas de base e, consequentemente, a intensificação da oposição que se vê ameaçada pela escalada de mobilizações e de crise institucional.

Esse contexto de crise política, causado pelo receio da tentativa de o governo efetivar mudanças na estrutura da sociedade, pode explicar a mudança da imprensa em um curto espaço de tempo, do apoio em 1961 e da oposição final de 1963. O *Jornal do Brasil* encabeça em outubro de 1963, junto com *O Jornal* (Diários Associados) e *O Globo* a formação da Rede da Democracia – cadeia radiofônica – cujo objetivo era ampliar os espaços para promover a desestabilização do governo Goulart.

Carvalho (2013) destaca que a Rede da Democracia, coordenou os oposicionistas civis e militares contra o governo, por meio, da organização

<sup>3</sup> A imprensa ao expor ideias – opinião manifestada, publicada ou conhecida socialmente – podem não representar o pensamento de todos, mas parte da sociedade acredita que representa a totalidade, denominada de opinião pública. Capaz de influenciar comportamentos, oferecendo conteúdo desconhecidos e mediados pela sua ótica. Porém existem outros formadores de opinião, como os movimentos sociais, que apresentam a contra opinião ao tentar evidenciar temas excluídos (TUZZO, 2004).

<sup>4</sup> O plebiscito perguntava, "sim ou não, sobre a manutenção do regime parlamentarista instaurado no país em setembro de 1961?". O resultado foi 82,6% (9,6 milhões de votos) da população responderam "não", contra 17,4% (2 milhões) que responderam "sim" (WESTIN, 2018).

da propaganda política anticomunista, com a disposição de manter a ordem social dominante contra às mudanças intentadas pelo Executivo. Ela resgata a tradição liberal quando, afirma lutar pela liberdade e se torna representante da imprensa liberal no centro dos eventos político, mas contraditoriamente, evoca a intervenção militar (ideia desenvolvida pela Escola Superior de Guerra), ou seja, articulou tanto o discurso liberal quanto o autoritário.

Como havia um espaço vazio de poder, marcado pela crise da paralisia decisória,<sup>5</sup> a política extrainstitucional ganha ênfase, e nesse momento de acordo com Carvalho (2010) a imprensa observa a oportunidade de construir a valorização do seu lugar de fala, disputando com as instituições políticas e outros grupos de pressão, o monopólio de representar os anseios da população.

Nas décadas de 1950 até 1970 o "grande matutino", *Jornal do Brasil*, era conhecido como um periódico ortodoxo e liberal-conservador em sua linha editorial. O seu proprietário, Nascimento Brito, defendia a iniciativa privada e se opunha ao socialismo, assim como, a maioria dos veículos de comunicação da grande imprensa defendia os ideais liberais, e antes do bipartidarismo era udenista. (SMITE, 2000)

O texto editorial, objeto central da pesquisa, se encaixa, no gênero opinativo. Segundo o jornalista Juarez Bahia (1990, p. 101), ele pode refletir a "opinião do proprietário do periódico, de um conselho diretor ou de uma direção executiva". O editorial é uma notícia informativa e opinativa porque precisa refletir ou analisar os eventos cotidianos que seleciona. Além disso, ele representa a opinião do periódico evidenciando sua "ideologia, doutrina política ou filosofia".

O editorial era composto pelos nomes do diretor-presidente Condessa Pereira Carneiro, dos diretores Manuel Francisco Nascimento Brito e Celso de Souza e Silva e do editor-chefe Alberto Dines. Em junho de 1967 José Sette Câmara substitui Celso de Souza.

O jornalista Jânio de Freitas (1998), que trabalhou no *JB* durante a fase de reforma de meados da década de 1950, argumenta que entre 1964 e 1968, ele era o mais importante periódico do país e em 1960 se torna o grande propagandista da ditadura militar; defensor das "políticas do regime, das figuras marcantes do regime, dos êxitos verdadeiros ou falsos do regime, do "milagre brasileiro", do "Pra frente Brasil". E, do "Ame-o ou deixe-o" (FREITAS, 1998).

O jornalista, Alberto Dines (2014) – que trabalhou como editor-chefe no *Jornal do Brasil* de 1961 até 1973 – enfatiza (momentos antes de complementar cinquenta anos do golpe civil-militar) que além de participar do golpe, o periódico nunca rompeu com a ditadura militar, e continuamente se intrometeu nos assuntos da política ao tentar influenciar o governo.

Os relatos dos chefes dos editorialistas em 1960, Wilson Figueiredo e Alberto Dines proporcionam a percepção de que a direção do editorial possuía a tendência de uniformizar a opinião dos jornalistas à postura estabelecida pelos interesses da diretoria composta pelo proprietário, que no começo de 1964 queria estar afinado com o novo regime.

No começo desses primeiros quatro anos da ditadura militar, o *JB* exibe a crença no compromisso da restauração da normalidade política. Mas à medida que percebe que a permanência dos militares e a instabilidade política se contraponha com a sua ideia de ordem baseada em um autoritarismo com aparência legal e provisório, começa a oscilar entre o apoio e a crítica. Nesse ínterim, o *JB* se posiciona diante dos acontecimentos defendendo a sua posição de protagonista no golpe civil-militar, e almejando perpetuar sua participação dentro dos eventos políticos.

### Revolução: um conceito de ação

Após o golpe civil-militar, Fico (2014) ressalta a preocupação do grupo no poder, em realizar a sua institucionalização, por meio, de uma regu-

<sup>5</sup> A crise de paralisia decisória é a radicalização dos atores que atrapalha o funcionamento da máquina governamental chamada (SANTOS, 1986, p. 22): Nela "todos os partidos, ou as facções dentro dos partidos, radicalizaram suas posições políticas, ou seja, atores incapazes de apoiarem um programa de governo consistente" (SANTOS, 1986, p. 28). Assim, a atividade legislativa diminuía junto com o aumento na atividade de apresentação de projetos de lei e o declínio da capacidade decisória do Legislativo (SANTOS, 1986, p. 49).

lamentação jurídica para conferir uma aparência de legalidade ao novo regime. Mas em compensação Castelo Branco começa seu governo com as cassações de mandatos e de direitos políticos, que perduram a partir do Ato Institucional, que evidencia o perfil o autoritário do novo governo.

Aliás, a defesa da Constituição de 1946, foi pauta fundamental da propaganda de desestabilização do governo de Goulart. Os militares entrevistados por D'Araújo, Soares e Castro (2004) afirmam que o marechal Castelo Branco justificou o seu desrespeito à Constituição acusando o governo de Goulart de pretender quebrar a constitucionalidade do país, e esse argumento convence a maioria dos militares. Ou seja, o golpe, na verdade, seria um contragolpe para fazer frente às tendências inconstitucionais de um governo constitucional.

Em 1964, houve um esforço do *Jornal Brasil* para justificar a intervenção e explicar mediante sua ótica como as experiências vividas demonstram a necessidade da "Revolução". Justifica a permanência militar no governo focando nas suas realizações futuras; para esse fim os editoriais utilizam verbos de ação como: "reconstituir", "construir", "organizar", "reformatar", "permanecer", "perpetuar", "realizar", "reintegrar", "normalizar", "democratizar", "salvar" e "sanear".

O *Jornal do Brasil* defende o sentido de "Revolução" imposto pela ditadura militar como alteração profunda em um curto período, que na sua análise, obteve o respaldo popular para estabelecer a ordem e realizar reformas no país. No entanto, com o passar do tempo, a falta de reformas e a exclusão das lideranças civis atestam a incapacidade "revolucionária" do governo.

Se percebe que a maioria dos editoriais sobre a "Revolução" vinculam sua origem e seus objetivos à palavra democracia. Essa relação garantia a base do seu discurso de legitimidade. Contudo, é preciso considerar a percepção coerente de Ferreira (2003) que elenca que no contexto pré-golpe a polarização política e a recusa em negociar uma con-

ciliação institucional e extrainstitucional, revelam que a democracia não era prioridade na agenda da direita ou da esquerda. Ironicamente, confirma, Ridente (2014, p. 17), "o golpe foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada. O regime instaurado jamais se assumiu como ditadura, no máximo como "democracia relativa". Sempre se preocupou em manter uma fachada democrática.

Desse modo, o golpe civil-militar é considerado por Fico (2014) um evento-chave para compreender o despreço pela democracia, demonstrado tanto pela ampla adesão da sociedade ao golpe de Estado, quanto pela aceitação da violência para resolver os conflitos. Cabe lembrar que desde o início, a natureza do regime caminhava para a institucionalização da violência.

A democracia para o *JB* significa: uma sociedade livre de movimentos contestatórios chamados por ele de subversivos, com um governo forte e com autoridade de se impor, sem corrupção, com celeridade parlamentar para as reformas estruturais, estabilidade econômico-financeira, com eleições diretas e com representantes "autênticos" (candidatos que estavam de acordo com os princípios "revolucionários"), ao invés de demagogos.

Abordar a democracia como finalidade e acentuar para uma normalização e restabelecimento constitucional eram, claramente, ilusões, principalmente, porque se sabia que, desde o início do governo de Castelo Branco havia nos bastidores uma tensão militar e o surgimento de um grupo de militares radicais – "linha dura"<sup>6</sup> – que desejam consolidar e perpetuar o golpe e as punições.

Para Fico (2014) os militares mais radicais ficaram insatisfeitos com o Ato Institucional, que concedia um prazo de sessenta dias para as cassações de mandatos e direitos políticos. Quando o Comando Supremo, responsável pelos expurgos, regulamenta que a apuração de inquéritos seria realizada pelos oficiais superiores, é posto em curso o processo de institucionalização da "linha dura" que exercerá pressão em prol da intensificação da repressão.

<sup>6</sup> Os oficiais militares encarregados dos Inquéritos Policial-Militares tornaram-se o núcleo de um crescente grupo chamado posteriormente pela imprensa de "linha dura", eles pressionavam o governo para a continuação dos poderes extraordinários outorgados no Ato Institucional n.º 1, assim como, para o adiamento ou cancelamento das eleições de outubro de 1965 e foram fundamentais para a origem do Ato Institucional n.º 2 e Ato Institucional n.º 5. (ALVES, 1984).

O periódico define a origem da "Revolução" a partir de bases falsas como a "finalidade democrática". O *Jornal do Brasil* se insere no grupo que se posicionou a favor da deposição de Goulart, mas que era favorável à democracia e legalidade. Portanto, se percebe na tentativa de legitimarem a "Revolução" se autolegitimarem destacando suas "intenções democráticas". Explicação que se torna incompreensível quando se considera que a ação desencadeada em 1964 não tinha suas ações dirigidas pelo aspecto legal e nem democrático, mas que infringiram a Constituição de 1946 e as instituições democráticas.

É evidente, a contrariedade do periódico frente à permanência do Congresso (abrigo de políticos retrógrados cúmplices e participantes de atos do governo anterior, como o radicalismo, a subversão, a demagogia e a corrupção) acusado de não corresponder às expectativas da "Revolução", para a qual eles deveriam se submeter, pois, ela permitiu a sua sobrevivência. Até mesmo o Executivo é acusado de omissão, pelo seu "excesso de pudor democrático" (incapaz de impor sua autoridade acima das leis e das instituições) (OPOSIÇÃO..., 1964, p. 6).

Mais uma vez, se percebe o desprezo do *Jornal do Brasil* pelos processos democráticos, que são relegados para que o governo pudesse executar rapidamente as reformas estruturais no país. Essa postura se torna contraditória quando se analisa a justificativa do mesmo veículo de comunicação para defender o golpe civil-militar, acusando o ex-presidente, João Goulart, de tentar alterar a Constituição e ignorar as instituições democráticas.

Esse posicionamento autoritário do periódico se coaduna com a atuação da ditadura militar que tenta esconder sua arbitrariedade, por meio, de uma aparência superficial de legalidade. Para Ridente (2014), além de usar a força, os golpistas se preocupavam com a legitimidade, pois os militares governaram sob a vigência da Constituição de 1967.

Mas a argumentação do periódico não é apenas crítica, porque ela aponta propostas, dentre

as quais está a realização imediata da reforma partidária, cujo objetivo é a renovação dos quadros políticos, sem a necessidade de realizar acomodações artificiais que impedem a etapa eleitoral, base para a continuidade do regime.

A permanência militar, foi justificada pela necessidade da realização de reformas, especialmente, a reforma política, pois se convencionou justificar a origem da intervenção militar a partir dos problemas de cunho político. De certa forma, a ideia de reforma política estava vinculada à criação de estabilidade e de controle governamental pelas elites conservadoras e de preservação da estrutura capitalista vigente.

Ao final de 1964, o *Jornal do Brasil*, cria um discurso de decepção ao contatar a existência de um governo estático, que negligencia a função imediata da "Revolução", a reforma política, primordial para configurar novas regras no campo político como: a coincidência de mandatos, as eleições para governadores em 1965, as eleições para presidente em 1966, além da reforma eleitoral e partidária.

Tendo em vista, que o discurso governamental frisava uma ampla reforma nacional, proposta pelo Ato Institucional, o *Jornal do Brasil*, questiona o seu tempo de duração – válido até janeiro de 1966, com as eleições para presidente e vice-presidente – ao considerar impossível realizar tal obra em um período tão restrito. Estranhamente, a opinião editorial do *JB* exhibe uma apreensão com o fim da "Revolução" em 1964, o que para ele significaria a anulação da obra reformista.<sup>7</sup>

Esse apoio à ditadura militar se enquadra na definição de ambivalência de Labourie (2010) pois, desejavam o retorno da normalidade, mas não antes da realização das reformas, empreendimento que seria difícil de ser realizado sem o autoritarismo de uma ditadura. Essa contradição, que visa uma finalidade, considerada necessária, cria as circunstâncias que garante o tempo inicial para o estabelecimento da ditadura.

O *JB* defende que o limite da "Revolução", estabelecido no Ato Institucional lhe garantia uma

<sup>7</sup> O *JB* apresenta que a "Revolução" não conseguiria realizar suas reformas de desenvolvimento nacional com prazos tão curtos. Ver: REVISÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 11 maio 1964; SOLUÇÃO realista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 20 maio 1964; AUTORIDADE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 5/6 jun. 1964; IMPASSE vencido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 9 jul. 1964; RETOMADA de ritmo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 21 set. 1964.

legitimidade baseada em sua suposta intenção de devolver o poder aos civis, porém nesse momento, o término prematuro da "Revolução" poderia ocasionar o perigo do retorno de um governo subversivo.

Dentro do prazo da "Revolução" existiam metas: estabelecer a sucessão presidencial, impedir o retorno de políticos que representam o estilo do governo deposto, consolidar-se por meio da eleição direta e universal e, finalmente, restaurar a democracia. Mas como argumentado anteriormente, esses objetivos eram incabíveis dentro dos prazos do Ato Institucional, que se torna um entreve contra a própria atuação da "Revolução", porque não garantia o tempo hábil para realizar as "obras revolucionárias".

Aqui é apropriado destacar que as reformas de base propostas por Goulart, também foram apontadas pelo *JB* como inviáveis para serem realizadas nos prazos disponíveis, e compreendidas como mera estratégia política demagógica para permanecer no poder. No entanto, durante o governo militar os prazos inexequíveis simbolizam o compromisso de uma gestão provisória que não possuía intenções de prolongar-se no poder.

Durante o governo de Castelo Branco, o *Jornal do Brasil*, acusa os políticos de desestabilizarem e tentarem criar entraves para a implementação das medidas governamentais, o que era uma ideia falsa, pois apesar dos políticos pressionarem o retorno das suas prerrogativas, ainda confiavam no legalismo de Castelo Branco. No entanto, Martins Filho (1996) indica que a instabilidade dentro do governo é fruto das disputas internas no meio militar, e não dos políticos.

Os civis que atuaram no golpe civil-militar aceitaram um governo militar por um curto período com o objetivo de realizar os expurgos sem legar esse peso aos grupos políticos. Todavia os civis não almejavam conceder o poder total e permanente aos militares, assim como, os militares não iriam conseguir rapidamente retirar do poder os civis que possuíam vínculos com os militares e participaram ativamente para a deposição do governo Goulart (KINZO, 1988, p. 17).

A fala de Kinzo (1988) confirma a compreensão de Fico (2014, p. 120) quando ele defende que o golpe civil-militar não pressupunha, inicialmente,

a ditadura militar, mas somente uma intervenção moderada realizada pelos militares, todavia, os civis – Magalhaes Pinto, Carlos Lacerda, Ademar de Barros etc. – fracassam, nesse embate pelo poder.

Para o *JB* a "Revolução", deve terminar apenas quando concretizados os seus objetivos de estabilizar a política, desenvolver a economia, acabar com a corrupção, a subversão etc. Assim, evita abordar novamente o "tempo indeterminado", pois anularia as suas afirmações anteriores sobre a imprescindibilidade dos prazos para assegurar que o governo seria provisório e não uma ditadura.

Quando se enfatiza nos editoriais que a "Revolução é irreversível", se defende a continuidade do governo militar até a concretização do que denomina de "obra democrática". Esse argumento justifica sua origem e, principalmente, sua permanência. Além disso, a irreversibilidade traduz a total rejeição do periódico ao retorno da situação anterior ao golpe de Estado.

A ênfase em definir a "Revolução" de irreversível, intenta distanciar a possibilidade da volta do passado, tendo em vista, o retorno inconcebível de um ambiente político semelhante aos momentos finais do governo Goulart. Isso representaria o fracasso do grupo que incentivou e dos que executaram a deposição do presidente. Como o próprio periódico foi participante ativo do processo de influência que instigou parte da sociedade a agir contra um governo constitucional, significaria também sua derrota, que não seria admitida.

Durante o Governo de João Goulart, o *Jornal do Brasil*, convergia com o pensamento do grupo conservador que nutria simpatia pelas reformas. Na análise de Motta (2006, p. 146), essa elite dirigente almejava manter a normalidade institucional e não desferir um golpe que poderia criar instabilidade nacional. A mobilização contra Goulart não surge contra as reformas, mas sim, da forma como ele estava disposto a obtê-las, ou seja, se aliando aos comunistas e à esquerda radical, o que poderia gerar um governo com desdobramentos imprevisíveis e, essa situação, apavorou a elite dirigente do país.

Além de democrática, legalista e reformista, o *Jornal do Brasil* definia a "Revolução" como: autoex-

plicável, isto é, ela não precisa de justificativa porque suas ações falam por si. Ela é "salvadora", vista que, suas intenções e compromissos visavam salvar e restaurar a democracia, para a qual ela subsiste.

A "Revolução", foi anunciada nos textos como "consolidada", pois se perpetuou em forma de um governo que ela outorgou, o qual possui segundo o *Jornal do Brasil*, a aprovação da nação. Era chamada de "vitoriosa", pois se impôs, supostamente, sem contestação e sem armas, fixou-se por meio, de um governo e executou seus atos, os quais são apresentados como plenamente aceitos pelo "povo" – palavras como "povo", "nação", "população", "sociedade" e "opinião pública" eram utilizadas no discurso escrito do periódico para atestar o respaldo popular da "Revolução".

Não houve resistência imediatas, ao golpe civil-militar, pois a repressão agiu de forma eficaz contra os adeptos do governo do ex-presidente Goulart. Contou com recepções de boas-vindas na grande imprensa e foi saudada pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade que ocorreram pelo país. Porém, logo emergem as oposições públicas como as: do *Correio da Manhã* (que de início apoiara o golpe), dos "oito do Glória", do show *Opinião*, da criação da *Revista Civilização Brasileira*, e assim por diante (RIDENTI, 2014, p. 18).

Mas no *JB*, ainda não havia espaço para criticar a repressão contra os grupos que foram prejudicados ou dos que estavam sendo pressionados pela ditadura militar. Essa estratégia serve tanto para garantir a defesa das suas ações contra o governo deposto, quanto para se alinhar com um governo vigente.

Ao final de 1964, a negligência do governo diante da efetivação da promessa reformista, conduz o *JB* a evidenciar a omissão do Executivo, o que resultaria na crise política e na crise de autoridade.<sup>8</sup> Os textos descrevem um sentimento de desilusão, pois as esperanças anunciadas

sobre as transformações rápidas em favor do desenvolvimento do país não se concretizariam.

### Como defender uma "Revolução" que não faz reformas?

O *Jornal do Brasil* ressaltou que a "Revolução" precisava de um programa político e de um parâmetro legal mais consistente para poder atuar com legitimidade. Essa petição persiste em 1965, como se nota nos editoriais selecionados (PARTICIPAÇÃO..., 1965, p. 6; REFORMAS..., 1965, p. 6; DEFINIÇÕES..., 1965, p. 6; JUSTIÇA..., 1965, p. 6), era notória a necessidade de a "Revolução" definir suas ideias e pretensões a fim de resolver os problemas de cunho estrutural-nacional. Hoje a historiografia concorda que não havia um plano de governo, além das punições e do saneamento econômico-financeiro, mesmo assim, existia a busca pela institucionalização do aparato repressivo (FICO, 2012, p. 75).

O periódico, expressa sua perspectiva conservadora moderada, ao reivindicar a normalização cujo primeiro passo era garantir a realização das eleições em 1965, símbolo democrático, que contribuiu com o processo de legitimidade da "Revolução" diante da sociedade, construindo a sensação de segurança e de desenvolvimento, além de acenar para uma democracia em andamento.

Apesar das cassações políticas empreendidas em 1964 pela ditadura militar,<sup>9</sup> o *JB* destaca no começo de 1965, sua insatisfação diante da permanência de políticos que possuíam afinidades com o governo deposto, pois na sua concepção eles perpetram os mesmo conflitos e problemas do governo de Goulart. Esse prognóstico também era partilhado pelo governo, tendo em vista, a criação da lei de inelegibilidades<sup>10</sup> para garantir as eleições estaduais.

Na exposição da percepção editorial, a "Revolução" preservou o que existia de democrático no

<sup>8</sup> Sobre esse assunto ver: NEGAÇÃO política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 13 nov. 1964; ABDICAÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 17 dez. 1964.

<sup>9</sup> SIQUEIRA, Renata. Pesquisas apontam: 43,68 das violações de DH na ditadura no Rio ocorreram entre 1964 e 1966. Comissão Nacional da Verdade. Rio de Janeiro. 18 dez. 2013. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/413-pesquisa-aponta-43-68-das-violacoes-de-direitos-na-ditadura-ocorreram-entre-1964-e-1966>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>10</sup> Serve para aumentar o controle sobre o sistema eleitoral e garantir a vitória da UDN nas urnas, na qual uma das medidas vetava os candidatos que haviam sido ministro do governo de Goulart depois de 1963, está última visava eliminar candidatos opositoristas com grande probabilidade de se elegerem (SKIDMORE, 1988, p. 94).

Brasil, porque sua missão, apesar de se chamar "Revolução" era reformista e não veio mudar, mas sim aperfeiçoar e consolidar os resquícios das instituições democráticas. Por conseguinte, defende que o presidente tem que se manter "fiel aos princípios democráticos mais puros" que seriam a eleição direta e o regime presidencialista (REGRAS ..., 1965, p. 6).

Em setembro de 1965, pode-se notar a convergência entre o *JB* e o governo militar sobre a concepção de reforma da "Revolução", assim o periódico afirma: "A Revolução não surgiu para realizar experimentos temerários e sim para corrigir, aperfeiçoar, consolidar" (REGRAS..., 1965, p. 6). O presidente também assinala que não foi prometido milagre, mas reformas destinadas a atualizar, aprimorar e revigorar as instituições políticas (CASTELO BRANCO, 1965, p. 6). Ambos possuem um sentido conservador de reforma, que significa a manutenção das instituições vigentes, cuja finalidade no *slogan* governamental era "desenvolvimento com estabilidade".

As omissões da ditadura militar sobre desenvolvimento capitalista, a legitimidade e a normalidade institucional,<sup>11</sup> deixam a imprensa insatisfeita. Os editoriais destacam que a continuidade da chamada "Revolução", exige a concretização de grandes realizações. O primeiro compromisso consistia em restaurar e aprimorar as instituições que foram degradadas e mutiladas no governo anterior e, a partir delas, se encabeçariam as demais reformas<sup>12</sup> necessárias para o desenvolvimento do Brasil.

Além da realização das reformas e das eleições, outro elemento registrado como mecanismo legitimador para a "Revolução" era a definição sobre as ideias em torno do projeto político do governo. Em 1965 o próprio periódico ressalta a ausência de uma "ideia força" para a "Revolução" e sugere que esse pensamento precisa considerar o desenvolvimento nacional inserindo o país na esfera de consumo material dos países desenvolvidos (PARTICIPAÇÃO..., 1965, p. 6).

Apesar de o periódico citar a existência de um programa político do governo, em alguns textos, ele ainda continua a reclamar uma ideia central de ação que justifique tanto as atitudes quanto a própria existência do governo. Dessa maneira, justifica que o descontrole da "Revolução", reside na falta de um projeto coeso para se chegar até a democracia. É nítido que esse veículo de comunicação se apresenta como um conselheiro ou ideólogo indicando as prioridades de sua agenda política.

O *JB* aponta que o objetivo imediato da "Revolução" era acabar com o "caos social" (reivindicações, greves protestos, participações sociais, descontrole econômico, ineficiência política e perturbação da hierarquia militar) e excluir o setor contestador do novo regime. Mas ela não poderia se restringir às punições e ao saneamento econômico-financeiro.

Desde 1964, já eram visíveis os abusos de poder e a repressão cometida pelo braço de força do governo, os Inquéritos Policiais e Militares. Assim, o periódico tenta desvincular a atuação desse grupo com a concepção de "Revolução" quando acusa que os primeiros se desviaram dos ideais superiores de 1964 cujo cerne era a justiça e a democracia.

A estratégia escrita elabora um sentimento de desilusão perante a "Revolução", que se distancia do seu objetivo, as reformas. E, em contrapartida, atua sem um programa coerente, continua a usar a violência, o que desrespeita à sociedade. O periódico, mais uma vez, apresenta-se como traído e enganado por promessas, ao focalizar que a repressão se consolida, enquanto a tal "Revolução de verdade", se afasta. Esse diagnóstico pode ser visto no editorial:

As aspirações de uma ampla renovação democrática acabaram se confinando no mais das vezes a medidas de repressão não democráticas, já agora na esfera de decisão do Congresso Nacional. A opinião queria e quer uma Revolução de verdade [...]. Mas o que nos deram até agora não passou de restauração de hábitos e vícios esgotados num processo político que prima pelo seu caráter alienado (IMPULSO..., 1965, p. 6).

<sup>11</sup> Sobre esse assunto ver: IDEIA força. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 27 jan.1965; ELEIÇÕES estaduais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 29 jan.1965; RENOVACÃO democrática. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 27 abr.1965.

<sup>12</sup> Reforma Agrária, reforma Bancária, reforma do sistema eleitoral-partidário e a reforma da administração pública (CASTELO BRANCO, 1965, p. 6).

Enquanto, a ditadura militar apresenta uma perspectiva otimista sobre o encaminhamento das reformas, o *JB* realça sua insatisfação perante elas, quando enfatiza a ausência de resultados em 1965. Outro ponto divergente se referia ao Ato Institucional n.º 2, o considerado incompatível com a "Revolução" por representar a ênfase governamental na repressão.

Para compreender esse momento, é preciso olhar para a crise militar suscitada durante as eleições de 1965 e intensificada após os resultados. As eleições poderiam confirmar uma desaprovação ao regime, o que acabaria com suas tentativas de legitimidades, porém negar a sua realização seria contraditório com o discurso de restauração das instituições democráticas.

Alves (1984, p. 86) ressalta que a lei das inelegibilidades editada para atingir candidatos específicos da oposição concedeu o elemento central explorado pela própria oposição em sua campanha eleitoral, assim, a lei prejudicou a "legitimidade que o governo Castelo Branco esperava reconquistar com as eleições".

A preocupação da linha-dura era exatamente, a eleição de candidatos que poderiam ameaçar a "Revolução". O resultado das urnas deixou a oficialidade insatisfeita; e para amenizar o conflito exigem: retomar a "Revolução", o impedir a posse dos governadores eleitos (Israel Pinheiro em Minas Gerais e Negrão de Lima na Guanabara), realizar novas cassações, obter jurisdição militar sobre os Inquéritos Policiais Militares, restringir os atos do Judiciário e eleições indiretas em 1966. (MARTINS FILHO, 1996, p. 65). Para o *JB* a posse dos eleitos era uma etapa decisiva na direção da normalização do regime, além de assegurar as próximas eleições.

Fico (2012, p. 75) aponta a humilhação do presidente-marechal, Castelo Branco, ao não conseguir impedir a nova onda de punições e nem escolher o seu sucessor. O marechal Costa e Silva, não seria o candidato a presidente que Castelo Branco indicaria, mas como ele emerge como líder da linha-dura se impõe como o virtual candidato.

Na abordagem de Grinberg (2009, p. 58) a

derrota da UDN em 9 dos 11 estados em disputa, significou a "vitória da oposição ao movimento de 1964 e, conseqüentemente, uma derrota do governo". Esse resultado das eleições de 3 de outubro de 1965 marca uma continuidade de vinte anos de derrota da UDN para a coligação PSD e PTB. Após reunião com os Ministros militares ocorre a edição Ato Institucional n.º 2, elaborado pelo senador da Arena Daniel Krieger, com a colaboração do Ministro da Justiça Juraci Magalhães.

O AI-2 representou a tentativa de Castelo Branco de acalmar os ânimos das Forças Armadas que ameaçavam derrubar seu governo após as eleições, essa vitória da linha-dura, gradualmente, cria as bases do que Fico (2012) denomina de institucionalização das "comunidades de segurança e informações" que ocorre, efetivamente, após o Ato Institucional n.º 5.

Para justificar a incompatibilidade entre a "Revolução" e o Ato Institucional n.º 2, o *JB* alega que ele representa o abandono do caminho democrático e a conseqüente rendição ao uso da arbitrariedade. Ou seja, um governo militar que pretende se perpetuar, por meio, de poderes que possibilitam a sua soberania nas decisões políticas e a exclusão dos civis. Assim, acusa o governo de transformar a "Revolução democrática" em "Revolução repressiva".

O conceito de "Revolução" seria anulado à medida que a ditadura militar se concentra no aspecto repressivo. Diante do aprofundamento da militarização do Estado, se percebe que às expectativas do grupo que o periódico integra e representa,<sup>13</sup> se percebem os sinais do fechamento dos canais de acesso ao poder aos civis.

Ao final do primeiro governo da ditadura militar, o prometido aprimoramento democrático enfatizado desde 1964, não havia se concretizado. Mesmos assim, o *Jornal do Brasil*, continua a defender os ideais da "Revolução" que ele apoiou, mas em 1966, retrata todo o seu pessimismo, ao dizer que, justificar o "movimento revolucionário" parecia legítimo a princípio, mas naquele momento, se choca com a realidade política.

<sup>13</sup> Grupo civil: imprensa, igreja, classe média, empresários rurais e urbanos que se uniram com os militares para depor Jango (ABREU, 2006, p. 126-127).

Tendo em vista, que o ano de 1966, foi marcado pela crescente crítica ao governo, se nota que os editoriais sobre a "Revolução" diminuem, e suas definições em torno do conceito convergem para o seu caráter arbitrário. O pessimismo nos textos expressa a seguinte indagação: continuidade ou o fim da "Revolução"? O editorial "Vazio Institucional", frisa a desilusão, ao destacar um governo incapaz de estabelecer a estabilidade política, quando fecha o acesso ao poder e demonstra que seus atos arbitrários podem recomeçar a qualquer instante (VAZIO..., 1966, p. 6).

Ou seja, a "Revolução" na visão do *JB* deveria ser rápida e eficaz, pois os militares teriam o apoio das medidas excepcionais para reformar e estabilizar o país e logo devolver o poder aos civis. Entretanto, para o periódico, o governo militar deturpa o que denominou de princípios originais de 1964. Isto indica que havia perspectivas distintas entre o *JB* e o governo, que refletiam as posições que cada um representava. Basicamente, o primeiro estava fora do poder, apesar da sua participação e apoio no processo que o originou, enquanto, o segundo, detinham o poder e a força para mantê-lo. A intenção da ditadura militar era a de permanecer no comando do Estado, por meio, da sucessão de Costa e Silva.

Em 1966, ressalta o *JB*: o governo não possuía mais o apoio geral da sociedade como em 1964. Uma vez que, pretende implantar uma "obra de institucionalização", esbarra em problemas vindos da "Revolução", que apresenta inconsistência e falta de definições objetivas (ESTEIRA..., 1966, p. 6). A "Revolução" não parece ser mais o mecanismo para a obtenção democrática, mas se torna o próprio empecilho para alcançá-la.

Em 1964 e 1965 *JB* define que a "Revolução" era encarnada pelo governo de Castelo Branco, depois a desvincula do governo ao considerá-la superior ao segundo. No final de 1966 as ações presidenciais eram apresentadas como desvios dos "ideais revolucionários". Embora a perspectiva do *JB* afirme a origem democrática da "Revolução", ele

aponta que o governo militar foi incapaz de cumprir e respeitar seus ideais estabelecidos em 1964, mas utiliza o termo "Revolução" para mascarar a realidade e legitimar a face repressora do governo.

No final de 1966, o *Jornal do Brasil* enfatiza seu incômodo com o excesso de comentários no meio político sobre a continuidade da "Revolução", porque defende que, legalmente, se encerre em 1967 com a sucessão presidencial e o fim do Ato Institucional n.º 2.<sup>14</sup> O desejo pelo fim da "Revolução" revela o temor da permanência da violência exercida pelo governo em seu nome.

Em alguns momentos o *JB* se pergunta o que fez a "Revolução" de revolucionário? Uma pergunta sem resposta. O periódico também indaga qual seria o compromisso que do segundo governo militar, que se anuncia como continuador da "Revolução", irá perpetuar; o compromisso com uma nova ordem legal e democrática ou com o movimento revolucionário e suas ações arbitrárias?

A institucionalização da "Revolução" para o periódico escondia suas intenções que não eram reveladas, por isso, afirma que a opinião pública,<sup>15</sup> – a imprensa e a sociedade – viviam apenas de conjecturas; estava evidente nos textos a apreensão diante da falta de informações sobre o futuro governo, o que gera incertezas e cobrança por informação.

Desse modo, tanto a sucessão presidencial, quanto a nova ordem constitucional visavam garantir a permanência da "Revolução", que anunciava não ter data para acabar. Na concepção editorial, a Constituição de 1967 tem como finalidade fortalecer a "Revolução" em detrimento do regime democrático. A natureza dessa Constituição era o poder revolucionário, ou seja, feito da e para a "Revolução", portanto, sua força não emana do poder constitucional nem popular.

Contudo, mesmo diante das fortes críticas expressas em 1966, o *Jornal do Brasil* retorna a sua linha de apoio à ditadura militar. Assim sendo, em 1967, começa uma "reaproximação". E, novamente, se pregam melhorias para o aprimoramento da "Revolução", o sentido pejorativo

<sup>14</sup> Sobre esse assunto ver: CONTINUIDADE Revolucionária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 7 out. 1966; CONFLITO e Definição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, out. 1966; INSEGURANÇA Doutrinária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 18, out. 1966.

<sup>15</sup> O *JB*, define que a opinião pública é fala da imprensa, responsável por representar os anseios da maioria da sociedade brasileira, da nação, do povo.

da "Revolução" se minimiza ao realçar que, apesar dos erros a "Revolução", deixou o Brasil mais próximo da democracia.

Quando recomeça a defender a "Revolução" enaltece o aval popular do golpe civil-militar, a preservação do país contra um "regime totalitário de esquerda", a defesa da legalidade e a necessidade de impedir o retorno de um governo semelhante ao deposto.

Labourie (2010) fala sobre a questão da colaboração e resistência, problemática que aborda ação multiforme da sociedade, percepção na qual se insere a grande imprensa nesse período histórico. O autor aponta o pensar-duplo, que se relaciona com a ambivalência, como possibilidade de análise que considera a contradição para compreender o problema.

Para o autor, o pensar-duplo é uma tentativa de contornar a realidade que se tornou insuportável diante do contexto de exceção. Para avaliar os posicionamentos dentro dessa ambivalência, se recorre à cronologia. O recomeço do discurso de apoio à ditadura militar e a esperança em torno da possibilidade da redemocratização, logo após retratar momentos de desilusões e fortes críticas à mesma ditadura, demonstram a prática do pensar-duplo e a tentativa de fugir ou até mesmo agir dentro da realidade política.

Pairava a tensão no meio político-militar, crise que pode ser elucidada pelo editorial "Linha Dura", diante dos resultados ínfimos obtidos até 1967, ressalta que as Forças Armadas, propõe retomar o mesmo "espírito de inconformação, que atingiu largas camadas do povo e deu origem a Revolução" (LINHA..., 1967, p. 6).

Esse sentimento de inconformismo demonstra que, para a linha-dura, a "Revolução" não terminou, mas ainda precisava ser feita. O caráter inacabado da "Revolução" encontra reforço na representação do governo Costa e Silva, que frisa a continuidade da "Revolução" e o retorno

das suas origens ao prometer concretizar o que foi negligenciado no governo anterior.<sup>16</sup>

O termo "Revolução", utilizado pela ditadura militar, nesse momento, representa a continuidade e a intensificação da militarização do Estado, enquanto, para o *JB*, ele reflete no início da posse do segundo governo militar à expectativa da abertura política, essa situação marca a contradição entre a leitura real e a ilusão do desejável.

### A morte diária da "Revolução"

O último editorial do ano de 1967, "Os Civis do Movimento", frisa que a "Revolução" de 1964, contou com a participação de civis<sup>17</sup> e de militares que se uniram para a restauração da ordem democrática. Por esse motivo, obteve aval para atuar com leis arbitrárias, mas não mudou as estruturas do "país eternamente do amanhã". Se a "Revolução" tivesse realizado grandes obras, seus atos de violência e desrespeito à lei seriam aceitos e justificados.

A questão que o *JB* sinaliza não reside apenas na arbitrariedade do governo, mas no julgamento diante do uso ineficiente dos amplos poderes, supostamente, concedidos pela sociedade. Sem dúvida o periódico estava certo quanto à participação civil nas articulações para o golpe civil-militar. Mas, diante da administração do governo de Castelo Branco e de Costa e Silva, se percebe que as decisões emanam dos militares, e apesar de contar com a participação técnica ou apoio de civis, esses não ditavam mais as regras do jogo.

Embora, o *JB* tenha criado a representação de que a sociedade civil e os militares estavam inconformados com os resultados da "Revolução", considerados ínfimos, ele também indica a expectativa perante a promessa da restituição da normalidade civil em 1970, mesmo perante o indício da ameaça de retorno ao que considerava ser o caos político de 1964 ou da consolidação de uma ditadura. Cabe frisar que ele não considerava o período de 1964 a

<sup>16</sup> Sobre editoriais que abordam a transição para o poder civil durante o Governo de Costa e Silva ver: DESAPARECIMENTO de um Líder. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 21 jul.1967; ÁRVORE Secular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 7 ago.1967; REVOLUÇÃO Particular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 19 ago.1967.

<sup>17</sup> Os participantes civis (Ademar de Barros, líder civil do movimento; Carlos Lacerda e UDN) na "Revolução" que não é exclusivamente militar, nem civilista. Conquanto, destaca que os civis desapareceram do poder. Ver em: OS CIVIS do Movimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6,1 e 2 de jan. 1968.

1968 como ditadura, ou pelo menos era ambíguo quanto a essa questão, contribuindo para esconder a forte repressão do governo.

Os eventos que marcam 1967 são: a preponderância do poder militar, a manutenção das medidas finais do governo de Castelo Branco (Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional), a revisão do conteúdo da Constituição de 1967 e da movimentação da Frente Ampla.

Durante o governo de Costa e Silva, a trajetória da Frente Ampla vai ser marcada pelo confronto com a ditadura militar, pois Carlos Lacerda angaria apoio político das forças populares e convida João Goulart e Juscelino Kubitschek para participarem desse grupo, o que desencadeia a inquietação nos quartéis. Assim, em setembro de 1967, os militares pedem o fim da Frente Ampla,<sup>18</sup> considerada uma ameaça para a "Revolução", por tentar promover a restauração da situação política deposta pelos militares em 1964 (MARTINS FILHO, 1996, p. 110,111).

Nesse cenário, o periódico esboça a falta de diálogo entre o governo e a sociedade, porém, ainda reinava a crença na distensão política, exemplificada, na sua perspectiva de que o ano de 1967 foi marcado pela esperança, enquanto, o ano de 1968 seria o da cobrança. (COBRANÇA..., 1968, p. 6). Portanto, o ano de 1968 deveria ser a fase construtiva que deve encerrar a etapa das punições (OMISSÃO..., 1968, p. 6.; DEDO..., 1968, p. 6.).

O ano de 1968 ficou conhecido como um período de fortes protestos estudantis, passeatas, greves, violência, censura, além da omissão do presidente e da oposição do Congresso contra o governo. As principais insatisfações do periódico, nessa situação, é a denúncia de omissão do governo frente à situação denominada de "agitações de ruas".

A imprensa cria um quadro de pressão que colaborou com a radicalização da repressão militar, principalmente, quando cobra atitudes do governo, perante a situação social que demarca como "calamidade pública", "praça de guerra", "crise e paralisia". Assim, para o *JB*, as chamadas "agitações estudantis", eram motivos para o

desfecho de um Estado de Sítio.

A partir dos eventos marcados pela agitação nas ruas e a manifestação de grupos contra o governo, na maioria dos editoriais se constata uma "Revolução" frustrada que não conseguiu se concretizar, por meio das suas promessas reformistas ou democráticas. Quando os editoriais expressam que a "Revolução" parece não existir eles justificam essa afirmação ressaltando que ela se restringiu à fase das punições e não evoluiu para a fase construtiva, por isso, não alcançou legitimidade.

Ao ressaltar que a "Revolução" perdeu apoio do povo quando o iludiu (aborda o discurso liberalizante do presidente em sua posse) o periódico igualmente se insere nesse grupo que foi enganado pelas promessas da "Revolução". Assim, em 1968 não hesita em retratar a sua frustração ao apontar que, além da "Revolução" não se completar, ela permitiu a volta da atmosfera de desordem nacional com a inquietação das classes sociais como acontecia no período pré-1964.

O cenário que antecede a imposição do Ato Institucional n.º 5 é marcado pela: luta armada de parte das esquerdas, oposição do Congresso (que se vê ameaçado pelos militares), crescimento da oposição civil, principalmente, dentro da classe média, retorno do movimento operário, radicalização estudantil, o que por conseguinte, revela a insatisfação desses grupos sociais contra a ditadura militar, o que, por sua vez, resulta na reação, ainda mais repressiva, da ditadura militar.

Napolitano (2014, p. 94) diz que a memória histórica sobre o ano de 1968, "ocupa um lugar paradoxal", no qual, houve "utopias libertárias" e repressão, que transformaram o Estado autoritário em Estado policial. O AI-5 é fruto da união militar diante da crise política, vista como ameaça ao governo estabelecido.

Pode-se traçar um balanço da concepção editorial que expõe a decadência da "Revolução", cujos resultados são: o fim do regime constitucional, a perda do apoio dos setores sociais, a destruição das esperanças de rápidas reformas estruturais, assim como, a perpetuação da ine-

<sup>18</sup> Em 5 de abril de 1968 a Frente Ampla, foi proibida por meio da portaria n.º 177.

ficiência paralisante típica de governos dirigidos por políticos ruins e por um Executivo inchado de poder, mas sem autoridade legítima, o que permite a proliferação de agitações nas ruas. Esses fatores significavam para o *JB*, o infeliz retrato da volta à desordem de 1964.<sup>19</sup>

O fim da "Revolução" produz conjecturas sobre a possibilidade da iminência de uma guinada ditatorial, tendência que o *Jornal do Brasil* garante que a "Revolução" não possuía porque aponta que sua origem era democrática. Sempre quando retoma esse objetivo da "Revolução", intenta justificar a sua própria ação em 1964, tendo em vista a realidade autoritária que sua atuação contribuiu para engendrar no país.

A asserção do *JB* aponta que a origem das revoluções em geral, incluindo a de 1964, são golpes que somente se tornam revoluções a partir de suas realizações.<sup>20</sup> A partir desse pressuposto, e considerando que o periódico ressaltou que após 1964 nada havia mudado, pode-se inferir que indiretamente, concorda, que não houve no Brasil "Revolução" alguma, mas apenas um simples golpe.

Destarte, no início de 1968, se propõe a retomada da "Revolução" para que o país possa sair dos impasses políticos que paralisaram o seu desenvolvimento e renovar as esperanças. O periódico afirma que a retomada dos ideais de 1964 parecia necessária diante do domínio da "desordem, da indisciplina e da injustiça política e social" (RETOMADA...,1968, p. 6). Como em 1964, em 1968, novamente, afirma se posicionar a favor da "ordem, da hierarquia, da moralização dos costumes e do progresso" apontados como os compromissos da "Revolução". (COMPROMISSOS...,1968, p. 6).

Em 1968, o discurso do periódico apresenta a visão de um governo estático diante da confusão dos movimentos contestatórios. Essa evidência de falta de ação do governo, aponta para a formação de um pretexto cujo objetivo é romper com o compromisso da redemocratização, totalmente

inviável em um ambiente de desordem.

A "Revolução" foi destacada tanto pela omissão das reformas quando pela produtividade na área das medidas punitivas. O *JB* enumera diversos setores do país carente da atenção governamental (o agrário, a administração pública, a corrupção, a educação, a saúde, a previdência etc.), e relembra o compromisso da "Revolução" com o desenvolvimento e a estabilidade financeira de fatores que precisavam ser alcançados.

Os últimos dois meses de 1968, praticamente não existem editoriais que abordam como tema central a "Revolução" – em novembro o assunto não foi abordado e em dezembro apenas citado, superficialmente, em um editorial. Cabe ressaltar que o Ato Institucional n.º 5, segundo a versão oficial, justificou-se por meio do objetivo de preservar a continuidade da "Revolução" e do seu programa de realizações contra as ameaças representadas pelas perturbações daqueles que utilizavam o direito de liberdade para atacar a "Revolução".<sup>21</sup>

Considerando a proposta de Laborie (2010) de utilizar a cronologia para entender o pensar-duplo, compreendemos que a imprensa ofereceu uma "resposta social", "uma resposta datada", que representa uma alternativa entre o "desejável e o possível". O *Jornal do Brasil*, deseja perpetuar as justificativas que legitimavam o golpe em 1964 e, conseqüentemente, o que ele origina, ou seja, a ditadura militar, para defender também a sua própria atuação. E, ao possuir a função de acompanhar e descrever os acontecimentos, vivencia e expressa os graves problemas perpetrados a partir do seu aval. Esse conflito é marcado pela não confissão do erro, o que agrava a contradição em torno do apoio e da crítica sobre as ideias de "Revolução" e suas práticas.

A ditadura militar usou o conceito da "Revolução" para projetar em torno de si as ideias de ordem social, de reforma política e de modernização capitalista. Esses fatores iniciais, juntamente,

<sup>19</sup> Sobre essa concepção de retorno da desordem de 1964 pode-se ver em: GOVERNO no Exílio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 24 jan.1968; REVOLUÇÃO e Comunicação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 3 abr.1968, PERCURSO Inverso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 jun.1968; O RETORNO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 3 set. 1968.

<sup>20</sup> Sobre a necessidade da necessidade de realizações para se tornar "Revolução". Ver em: MARCANDO Passo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 19 jan. 1968; INVOLUÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 22 jan. 1968.

<sup>21</sup> DEFESA da democracia está na lei. Na entrevista oficial o Ministro do Exército, General Lira Tavares, esclarece que os motivos do AI-5. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 dez.1968.

com a repressão à oposição, serviram para que o movimento golpista civil-militar obtivesse tempo para efetivar a institucionalização da ditadura.

Ainda em 1968, o periódico verifica que as estruturas nacionais permaneciam inalteradas em comparação com as promessas de reformas grandiosas propaladas pelos governos militares. Mas, seguindo o efeito pendular, nem tudo era crítica. O *JB* também considerou as realizações da "Revolução", dentre elas cita-se a instituição de um regime que preservou a estrutura de poder tripartite, o fim da subversão e a manutenção da certa liberdade de expressão.

Conjectura-se que o *JB*, ao adotar o termo "Revolução", compreende a necessidade de defender a sua participação na realidade política e, para isso, representa a tentativa de conferir legitimidade a uma atuação, ilegal e antidemocrática, ao mesmo tempo que declara seu desejo pelo retorno da normalidade democrática.

### Considerações finais

Acompanhando a trajetória do conceito foi possível compreender as expectativas e as constatações dos registros em torno do contexto político abordado. Deparou-se, ao longo da pesquisa, com uma linha editorial que tentava conciliar um governo autoritário com o discurso democrático – supostas intenções democráticas. Diante disso, o *JB* elabora a explicação de que a origem da "Revolução" era democrática.

Segundo a concepção do periódico, o termo "Revolução", às vezes encarna o governo militar e, em outros momentos, representa os ideais de democracia, desenvolvimento e ordem ressaltados pelo discurso dos conspiradores em 1964. A "Revolução" também é definida como um corpo de ideias que representam a inspiração daqueles que apoiaram a deposição de Goulart.

O ano de 1966 foi marcado pelas críticas do *JB*, que observa que a "Revolução" deveria encerrar-se pela sua evidente perda da legitimidade que, segundo a opinião editorial, era o resultado da conduta de arbitrária do governo militar que havia anulado as ideias democráticas da "Revolução". Assim, a opinião editorial clama pelo seu fim, para

propiciar a volta da normalidade democrática, que significaria o retorno do poder civil. Mas, posteriormente, o mesmo periódico irá pedir o retorno da "Revolução", contra o que chama de retomada da desordem em 1968.

Em 1967 e 1968, o *JB* percebe que a ditadura militar iria continuar sob o comando do Estado, assim como, também nota que a reformulação constitucional foi incapaz de conceder abertura ao poder civil ou conter a centralização do poder nas mãos dos militares. Portanto, neste momento, a linha editorial retorna o seu apoio ao discurso oficial, minimizando as críticas contra o projeto político e legitimador do governo.

O *Jornal do Brasil*, como parte da grande imprensa, acentuou ideias que ele considerou como as melhores a serem postas em prática para o destino do país ou para o grupo que ele representava. Nota-se que o *JB* tenta acomodar uma ditadura militar e a defesa de concepções que demonstrassem seu desejo pela democracia.

### Referências

ABREU, Alzira Abreu de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-129.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. As técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 13 de abr. de 2017.

BRASIL. Presidente (1964-1967: Humberto Alencar Castelo Branco). *A Revolução de 31 de março*. Belo Horizonte, 31 mar.1965. 3 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/03.pdf/view>. Acesso em: 2 de nov. 2020.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede Democrática*: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do Governo Goulart. Niterói: NitPress, 2010.

CARVALHO, Aloysio Castelo. Os Jornais Cariocas da Rede da Democracia na queda do Governo Goulart. *Histórica*. São Paulo, n. 60, dez. 2013. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/materia.php?id=4&edicao=58>. Acesso em: 12 de mar. 2013

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CICCO, Cláudio. O que os militares fizeram foi uma contrarrevolução para frear uma revolução socialista. *Jornal Campus*, São Paulo, 19. out. 2011. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/1964-um-golpe-ou-uma-revolucao>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira. A experiência da AP no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glauco Ary Dillon CASTRO, Celso (org.). *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Ediuouro, 2004.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 346-404.

FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura Militar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, abr. 2017.

FREITAS, Jânio de. *A imprensa e o AI-5. Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. 5, 15 dez. 1998. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1998/12/15/2>. Acesso em: 1 fev. 2020.

GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório, um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA, (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Muad X, 2009.

JORNAL DO BRASIL. News Archive. Disponível em: <http://www.jb.com.br/paginas/news-archive>. Acesso dia 15 outubro 2020.

KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

KOSSELECH, Reinhart. Sobre a Teoria e o método da determinação do tempo histórico. In: *Futuro do Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma P. Mass e Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2006. p. 97-190.

KOSSELECH, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. Tradução de Manuel Luís Salgado Guimarães. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134 -146, 1992.

LABOURIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: *A construção Social dos regimes autoritários*. QUADRAT Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 31-44.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil militar"? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 27, p. 39-53, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961- 1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-128.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Tempo*, Rio de Janeiro. v. 20, p. 1-20, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sergio. Os Atos Institucionais foram mera legalização de um golpe de estado, usurpação do governo. *Jornal Campus*, São Paulo, 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/1964-um-golpe-ou-uma-revolucao>. Acesso em: 5 nov. 2018.

QUADRAT Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palmares (org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 127-139.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sergio. *Os Atos Institucionais foram mera legalização de um golpe de estado, usurpação do governo*. *Jornal Campus*, São Paulo, 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/1964-um-golpe-ou-uma-revolucao>. Acesso em: 5 de nov. 2018.

REGO, Gaudêncio T. do. Imprensa Brasileira contemporânea. *Projeto TV Pesquisa*, Rio de Janeiro, 1, nov.1969. Disponível em: <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br>. Acesso em: 5 out. 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICOUER, Paul. *A memória a história o esquecimento*. Tradução de Alan Françoia. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. *Do texto à ação*. Ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1989.

RICOUER, Paul. *Teoria da interpretação*. Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro: Edição 70, 1976.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TUZZO, Simone Antoniacci. *Deslumbramento coletivo: opinião pública, mídia e universidade*. São Paulo: Anablume, 2004.

---

**Dayane Cristina Guarnieri**

Mestra em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, PR, Brasil.

---

**Endereço para correspondência**

Dayane Cristina Guarnieri  
Universidade Estadual de Londrina  
Centro de Letras e Ciências Humanas  
Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380  
86057-970  
Londrina, PR, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.*